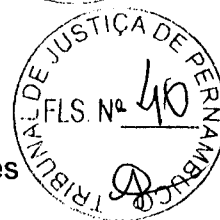




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: 0202417-7

COMARCA: RECIFE-PE 2ª Vara Criminal dos Feitos relativos a entorpecentes

IMPETRANTE: FERNANDO TASSO DE SOUZA NETO

PACIENTE: ERON AVELINO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

119

EMENTA: CONSTITUCIONAL. **HABEAS CORPUS.** TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO TEMPORÁRIA. DESFUNDAMENTAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 689, DO CPP. -- **PEDIDO JULGADO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Superveniência de prisão preventiva invalida insatisfação do impetrante quanto aos pressupostos da prisão temporária. Pedido prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0202417-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, a unanimidade de votos em julgar prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: 0202417-7

COMARCA: RECIFE-PE 2ª Vara Criminal dos Feitos relativos a entorpecentes

IMPETRANTE: FERNANDO TASSO DE SOUZA NETO

PACIENTE: ERON AVELINO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

120

RELATÓRIO

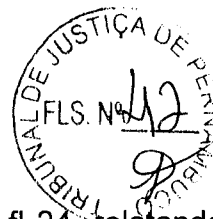
Trata-se de ordem de *habeas corpus* com pedido liminar impetrada pelo bel. Fernando Tasso de Souza Neto em favor de **Eron Avelino da Silva, Rafaela Cosmo da Silva e Rosivalda de Lima Silva**, apontando como autoridade coatora o juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos relativos a entorpecentes da Capital, objetivando a revogação da prisão temporária decretada nos autos da ação penal nº 001.2009.143289-9.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem alegando que os pacientes se encontram presos por força de prisão temporária conforme disposto no art. 1º, I, II e III, da Lei 7.960/89. Aduz, desfundamentação da decisão que decretou a prisão. Acrescenta, que a indicação de fatos genéricos faz-se necessário, que se aponte a motivação do julgador a concluir pela imprescindibilidade da medida. Aduz, que a simples menção à gravidade do delito não é suficiente para fundamentar a decisão. Alega, que não há indícios que justifique a decretação da prisão temporária.

Instruem o pedido os documentos de fls 08/12.

O pedido liminar foi indeferido as fls 19/20.

fcsi



A autoridade indicada coatora prestou informações a fl 24, relatando que decretou a prisão temporária dos pacientes no dia 27/10/2009. No dia 23/11/2009, no entanto, a autoridade policial representou ao Ministério Público pela renovação da medida constritiva temporária e ofertou parecer favorável.

121

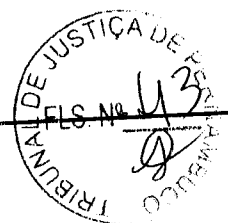
A Douta Procuradora de Justiça opina as fls 30/31, para que o pedido seja julgado prejudicado em face da decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes.

É O RELATÓRIO.

fcsi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 202417-7

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDO TASSO DE SOUZA NETO

PACIENTE: ERON AVELINO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

122

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

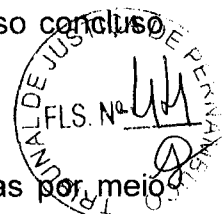
O Bel. Fernando Tasso de Souza Neto impetra a presente ordem de *habeas corpus* liberatório, pedido de liminar, em favor de Eron Avelino da Silva, Rafaela Cosmo da Silva e Rosivalda de Lima Silva, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital-PE.

Alega o impetrante que os pacientes encontram-se segregados por decreto de prisão temporária sem a devida fundamentação. Argumenta ainda o impetrante que o decreto foi ofertado em meras suposições.

Requer, por fim, o impetrante a concessão liminar da ordem e, conseqüentemente, a expedição dos alvarás de solturas em favor dos pacientes.

De acordo com as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, na fl. 24, os pacientes encontram-se segregados desde o dia 27 de outubro de 2009, por decretação da prisão temporária.

Narra ainda a autoridade coatora que no dia 23 de novembro de 2009 o delegado representou pela renovação do decreto de prisão temporária, tendo o órgão Ministerial oferecido parecer favorável, estando assim o processo ~~concluído~~ para decisão.



De início, verifica-se através das informações adquiridas por meio do sistema *Judwin* deste egrégio Tribunal de Justiça, que no dia 26 de novembro de 2009, a autoridade apontada como coatora, converteu a prisão temporária em preventiva, nos termos dos arts. 311 e 312, do Código de Processo Penal.

123

Assim, podemos afirmar que eventual ilegalidade da prisão temporária encontra-se superada pela superveniência do decreto de prisão preventiva, restando, desta forma, prejudicado o argumento expendido em favor dos ora pacientes.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECRETO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PRESSUPOSTOS. SUPERVENIÊNCIA DA PRISÃO PREVENTIVA. ALTERAÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL DA CUSTÓDIA CAUTELAR. WRIT PREJUDICADO.

A superveniência da prisão preventiva torna sem objeto a irresignação quanto aos pressupostos da prisão temporária. Pedido prejudicado." (RHC 14.890/SP, DJ de 09/12/2003, Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA).

Posto isto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, meu voto é no sentido de julgar prejudicado o *habeas corpus*, por perda de objeto.

É COMO VOTO.